



## TVVAL está na Internet

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), com a presença de vários parlamentares, lançou oficialmente na tarde de quarta-feira (11) a TVVAL na Internet. Garcia esclareceu que este é um processo devidamente legal, com parecer favorável da Procuradoria da Casa e aprovação da Mesa. "Esta é uma conquista da TVVAL, um avanço para o público que se utiliza da rede mundial de computadores", destacou. A TV da Alesc, cuja atividade mais importante é a transmissão ao vivo das atividades dos parlamentares, agora disponibiliza sua programação em qualquer lugar do mundo.

Pode-se destacar como vantagens da TVVAL na rede o menor custo de implantação e transmissão de sinal, o baixo custo de manutenção de serviços, a carga exclusivamente da Alesc, sem a dependência de uma retransmissora, e a possibilidade de assistir à programação do canal do Legislativo catarinense usando o instrumento de trabalho, o computador, dispensando a necessidade de um aparelho de televisão. O custo é zero para o usuário, ampliando o raio de abrangência da informação para quem não dispõe de canais fechados.

Para acessar, clique:

[www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)

TVVAL on line (à direita do vídeo)



(foto Carlos Kilian)

TVVAL na Internet amplia o acesso às informações do Legislativo, conforme destacou Julio Garcia durante o lançamento

## Encontro prepara agentes políticos

Evento promovido pela Escola do Legislativo, o I Programa para Formação de Agentes Políticos foi realizado nos dias 5 e 6. Mais de 500 pessoas participaram do

Programa, cujas palestras e painéis abordaram, principalmente, a ética na administração pública e na política e os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Abertura do evento foi prestigiada por diversas autoridades, além dos parlamentares

Página 5

## Defensoria Pública entra em discussão

Através da Comissão de Constituição e Justiça, a Assembléia Legislativa iniciou os debates com a sociedade catarinense para a criação da Defensoria Pública no Esta-

do. A primeira audiência pública, requerida pelo deputado Paulo Eccel, líder da bancada petista, aconteceu na terça-feira (10).

Página 8



(foto James Lemos Campos)

## Plenário aprova MP da Polícia Militar

Com duas emendas modificativas, os parlamentares aprovaram, na sessão plenária de quarta-feira (11), a Medida Provisória nº 116/05, que estabelece a promoção automática de policiais militares depois de um tempo máximo exercendo a função.

Página 5

## Um projeto de amplo alcance

Já está formado, nesta Casa, o Fórum Parlamentar Permanente que vai acompanhar todo o processo de construção e implantação de uma das mais importantes obras para Santa Catarina e, muito especialmente, para a Região Sul Catarinense – a Barragem do Rio do Salto, no município de Timbé do Sul. Conosco, que propusemos a formação deste Fórum, estão os companheiros parlamentares José Paulo Serafim (PT), Antônio Aguiar (PFL), Manoel Mota (PMDB), Clésio Salvaro (PSDB), Sérgio Godinho (PTB) e Odete de Jesus (PL).

O projeto da obra está com seu estudo de viabilidade concluído, tendo sido realizado sob o comando da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural), da Secretaria da Agricultura na administração do ex-governador Esperidião Amin. Só falta agora tirá-lo do papel.

A área total do empreendimento é de 18.400 hectares, sendo 15.400 hectares com a irrigação agrícola direta (arroz) e outros 3 mil hectares beneficiados indiretamente pela redução de salinidade do rio Araranguá. As águas da barragem beneficiarão, diretamente, pela irrigação de lavouras de arroz, 1.562 produtores rurais. E mais: a área média das propriedades beneficiadas é de 20 hectares, o que dá a di-

mensão do seu alcance social, sendo que a média da área de arroz plantada, por produtor, é de 9,8 hectares. Mais de 71 mil habitantes dos municípios da região a jusante do reservatório, serão abastecidos com água para consumo. Os estudos mostram ainda que a geração de energia é possível de ser implantada junto à barragem, em função das quedas existentes no leito do rio.

A obra também possibilitará a irrigação de outras culturas durante todo o ano, com destaque para o cultivo de hortigranjeiros na periferia das cidades e em áreas dominadas pelos canais de irrigação; regularização de água para o abastecimento urbano das cidades de Turvo, Meleiro, Timbé do Sul e Ermo, além de redução considerável nas inundações periódicas de áreas agrícolas marginais ao rion Amola-faca e, com menor benefício, também do rio Araranguá.

Vale lembrar, ainda, que o lago da barragem será utilizado para atividades de lazer e turismo (a exemplo do que ocorre na cidade de São Paulo, com a Represa Billings), sem esquecer do estímulo à implantação de agroindústrias na região, com mais geração de empregos diretos e indiretos, exatamente em uma região carente de oportunidade de trabalho e da fixação do homem ao campo.

**Deputado Valmir Comin (PP)**

## Cultura de paz

A violência consome 10,5% do PIB da América Latina. As armas de fogo provocam um custo ao SUS de mais de R\$ 200 milhões por ano. A cada 13 minutos, um brasileiro é assassinado no país. Números como esses assustam qualquer pessoa que ainda não tenha perdido o respeito pela vida humana. Está mais do que na hora de criarmos uma cultura de paz no Brasil.

A Campanha do Desarmamento é um marco na história brasileira no combate à violência. Desde que começou, em 15 de julho de 2004, a população já entregou cerca de 300 mil armas de fogo para destruição. O Ministério da Justiça espera chegar a 500 mil armas recolhidas até o final de junho. Por apenas uma vida toda a campanha do desarmamento já valeria a pena. E estão sendo salvas milhares de vidas. Cada arma fora de circulação é um crime que pode ser evitado.

A participação da sociedade nessa campanha nos dá a dimensão da angústia que a população brasileira vive pela construção de um país mais seguro. Há quem diga que desarmar o cidadão comum não resolve o problema da violência. Estima-se que cerca de 60% dos homicídios são cometidos por pessoas sem

histórico criminal e por motivos fúteis. Significa que o crime banal mata mais que o crime organizado no Brasil.

Desarmar ajuda a combater os crimes cometidos em estádios de futebol, as mortes que decorrem de brigas de casais e os acidentes que ocorrem com crianças. Os países com a legislação rígida no controle de armas são os que possuem menores índices de violência. Japão e Inglaterra, onde o porte é proibido, registram menos de 70 mortes ao ano por armas de fogo.

Na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, venho pautando a discussão do Estatuto do Desarmamento em Santa Catarina. O Brasil deu um grande passo na luta pela preservação da vida, aprovando em 2003 a lei que regulamenta o registro e a posse de armas. Agora precisamos fazer a consulta popular prevista na lei. Em outubro, o Referendo do Desarmamento vai levar o brasileiro às urnas para dizer se proíbe ou não o comércio de armas de fogo e munição em território nacional. Nós queremos o referendo, queremos votar. Se você é brasileiro, precisa participar dessa discussão.

**Deputado Dionei Walter da Silva (PT)**

## Alesc e CDI-SC assinam Protocolo

A Assembleia Legislativa e o CDI-SC (Comitê para a Democratização da Informática) assinaram Protocolo de Intenções no último dia 5. O documento foi assinado pelos presidentes da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL), da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), e do CDI-SC, Antônio Paulo Póvoas. As ações de colaboração entre as partes ainda serão definidas. O CDI foi criado em 1995 e é uma organização não-governamental que promove a inclusão digital e o exercício da cidadania através das EICs (Escolas de Informática e Cidadania). Atua em comunidades de baixa renda e junto a instituições

que atendam pessoas com necessidades especiais, como portadores de deficiência física e visual, presidiários, etc. As parcerias são sempre firmadas com entidades organizadas das comunidades que querem a instalação de uma EIC. Em Santa Catarina, o CDI atua desde 2001. São 42 escolas distribuídas em três regionais: a de Blumenau, a de Criciúma e a de Santa Catarina, que assinou a parceria com a Alesc e atua nas cidades de Florianópolis e Tubarão e no Oeste do Estado.

Atualmente, o Comitê está presente em 20 estados brasileiros e outros dez países. São 962 escolas no total, 789 no Brasil e 173 no exterior. (MAP)

## Agenda

**Dia 16, 9h** – Comissão de Agricultura – Audiência pública para avaliar o desenvolvimento dos produtos orgânicos em Santa Catarina

**Local:** Plenário

**Dia 16, 19h** – Sessão Solene de outorga da Medalha Cruz e Sousa

**Local:** Plenário

**Dia 17, 10h** – Comissão de Justiça – Audiência pública para discussão do Projeto de Lei nº 150/03, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro

**Local:** Plenário

**Dia 17, 19h** – Comissão de Turismo e Meio Ambiente – Audiência pública para tratar da federalização do rio Canoas

**Local:** Plenário

**Dia 18, 8h30min** – Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Audiência pública referente às Jornadas Catarinenses pela Infância e Adolescência Protegidas

**Local:** Plenário

**Dia 19, 15h** – Sessão solene em homenagem aos 40 anos da Udesc

**Local:** Plenário

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Julio Garcia (PFL)

**1º Vice-Presidente:** Herneus de Nadal (PMDB)

**2º Vice-Presidente:** Djalma Berger (PSDB)

**1º Secretário:** Lício Mauro da Silveira (PP)

**2º Secretário:** Pedro Baldissera (PT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** José Paulo Serafim (PT)

**Conselho Editorial:** Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Maria Ivonete Lessa

**Edição:** Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

**Coordenadora:** Cármen Leite Rovira

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

**Assessores de gabinete:** Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortez Real, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tonini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanini, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vitor Santos

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Revisão:** Verlaine Silveira

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

**Expedição:** Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraiá Marçal Boabaid

**Estagiários Programa Antonieta de Barros:** Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

# Sessão Solene lembra participação do Brasil na Segunda Guerra

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Passados 60 anos do término do maior conflito armado do mundo, os ex-combatentes da FEB (Força Expedicionária Brasileira) foram homenageados pelos deputados em sessão solene realizada na tarde de segunda-feira (9), em Plenário, sob a condução do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL). A proposição foi do deputado Celestino Secco (PP).

“Havia, no Brasil daquela época, um total despreparo político, logístico e de gestão do nosso Exército, que carecia de uma ampla reestruturação. Mesmo assim, os nossos soldados, muitos deles voluntários, foram recrutados em todos os cantos do país. Mal preparados, mal treinados, mal equipados. Careciam de tudo, mas lhes sobrava coragem e eles provaram que não fogem da luta”, rememorou Celestino Secco. E, fazendo uma comparação com os dias de hoje, disse que somos condicionados para a violência e não para a paz. “As relações familiares, e todas as outras que compõem o nosso dia-a-dia, são responsáveis por reforçar determinados padrões de comportamento, são apenas tênues reflexos de uma realidade muito mais opres-

siva. Na verdade, esse penhor do capitalismo, que é a família, não é apenas refém dos preconceitos sociais que a conservam como uma instituição inatacável, mas é refém, principalmente, do Estado, dos mercados e das religiões”.

Para o presidente da Associação dos Veteranos da FEB de Florianópolis, Nilson Vasco Gondim, o Brasil, um país militarmente atrasado, moldado no regime francês da Primeira Guerra Mundial, com armas obsoletas e uniformes não condizentes com o hemisfério norte, não estava preparado para a guerra. “Todavia, por força de tratados internacionais, o Brasil, num esforço inaudito, contribuiu com a Divisão num total de 25 mil homens, que, chegados à Itália, foram de imediato incorporados ao 5º Exército norte-americano, recebendo fardamentos condizentes e armas modernas. Cumprimos todas as missões a nós confiadas”, orgulha-se Gondim. Depois de seu discurso, Gondim recebeu uma placa, das mãos dos deputados João Henrique Blasi (PMDB), Onofre Agostini (PFL) e Celestino Secco, em homenagem aos ex-combatentes por sua bravura e destacada participação em território europeu.



Solenidade marcou agradecimento catarinense ao desempenho e bravura dos ex-combatentes da FEB

Gilberto Nahas, presidente da Associação dos Ex-combatentes do Brasil, palhocense que serviu à Marinha de Guerra, lamentou que a Segunda Grande Guerra tenha matado milhares de pessoas, destruído cidades, mutilado civis e militares, e a humanidade ainda não aprendeu o verdadeiro sentido de viver em paz, em harmonia, sem ambições, sem guerras de conquistas ou religiosas.

## Medalha

O presidente da Casa recebeu o Diploma de Reconhecimento, além de uma Medalha de Mérito de Ex-Combatente e encerrou a sessão endossando as palavras de Celestino Secco. “Devemos rogar a Deus para que dê saúde a todos os ex-combatentes e forças para que se mantenham entre nós.”

Também fizeram parte da Mesa o coronel Jean de Freitas Cupertino, representando o comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, o capitão de corveta Hugo Fortes, representando a Capitania dos Portos de Santa Catarina, o ex-governador Ivo Silveira e Valdemar Antônio Schmidt, vice-prefeito de São José, representando o prefeito do município. (DAB)

# 50 anos do Biguaçu Atlético Clube recebem homenagem

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Sessão solene realizada pela Alesc na noite de quarta-feira (11), requerida pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PP), homenageou os 50 anos do BAC (Biguaçu Atlético Clube). Na solenidade também foi lançado o livro *BAC 50 Anos*. Foram homenageados fundadores, o presidente e ex-presidentes do clube, que receberam – muitos através de representantes – placa comemorativa ao cinquentenário.

“Dentro do esporte amador do Estado, o BAC está enquadrado numa linha de entidade respeitável e de sucesso, principalmente pelo que representa na comunidade de Biguaçu”, disse Humberto Siqueira Azevedo, que destacou alguns feitos do clube. “Foi o primeiro da Comarca com campo cercado com alambrado e é um dos poucos clubes amadores do Estado com iluminação no campo”, enumerou.

Em seu discurso, o deputado Lício Mauro da Silveira relatou um pouco da história do clube, com base nas informações do livro de José Elias Rodrigues. O BAC foi fundado por 45 pessoas durante reunião na Sociedade Recreativa 17 de Maio e seu estádio foi inaugurado em 1959. Em 30 de julho de 1964, o



Humberto Siqueira recebe placa do deputado Lício

então prefeito Avelino Müller sancionou lei que declarava o clube como entidade de utilidade pública. No dia 27 de agosto do mesmo ano, o deputado Lauro Locks teve aprovado pela Assembléia

Legislativa projeto reconhecendo o BAC como entidade de utilidade pública em nível estadual.

“O patrimônio do BAC é hoje constituído por uma sede social, sauna, arquibancada descoberta, cabines equipadas com cadeiras para convidados e para transmissão de televisão e rádio, salão de festas, vestiário para atletas locais e visitantes”, citou o deputado. “Somado a isso, há ainda a escolinha de futebol, com chancela exclusiva do Vasco da Gama do Rio de Janeiro, que continua a revelar craques do município e vizinhança.”

**Resgate** - O autor do livro, José Elias Rodrigues, contou que a história foi resgatada principalmente através de depoimentos de familiares dos fundadores ou pessoas que tiveram relação com o clube, pois muitos documentos foram perdidos durante uma enchente que atingiu o município em 1991.

“Fora a dupla da capital (Avaí e Figueirense), somos o único clube da região que tem um título estadual: o de campeão dos juniores da 2ª Divisão do Campeonato Catarinense em 1997”, disse o autor. Entre os ex-jogadores com maior notoriedade, o pesquisador lembrou do lateral esquerdo André Santos, campeão júnior da Liga da Comarca de Biguaçu em 2000, e que atualmente está no Flamengo, e Marquinhos, cujo passe pertence ao Bayern Leverkusen, da Alemanha.

Também estiveram presentes à sessão solene o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o diretor geral da Fesporte (Fundação Catarinense de Desportos), João Ghizoni, representando o governador do Estado, a secretária de Administração de Biguaçu, Jane Maria Guilherme Trierweiler, o presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu, Manoel Pereira, e outros vereadores, o superintendente da Fundação de Esportes de Florianópolis, Fabiano Pereira, e representantes da Polícia Militar, Marinha, o deputado estadual Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), e os deputados federais Adelor Vieira (PMDB) e Odacir Zonta (PP). (MAP)

# Educação analisa nova redação de lei

Reunida na manhã de quarta-feira (11), a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), admitiu o mérito do projeto de autoria do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) que dá nova redação à Lei nº 12.948, que proíbe a venda e consumo de bebidas alcoólicas no ambiente físico das escolas públicas e privadas.

Por solicitação de APPs (Associações de Pais e Professores) e entidades comunitárias, Peninha apresentou a proposição que dá nova redação ao parágrafo único do Artigo 1º da Lei nº 12.948, de 11 de maio de 2004, que vai permitir que, em uma festa por ano sejam comercializadas bebidas alcoólicas. A matéria teve voto vista contrário da deputada Odete de Jesus (PL), e recebeu os votos favoráveis do presidente e dos demais integrantes da Comissão - deputados Ana Paula Lima (PT), Celestino Secco (PP), Paulo Eccel (PT), Antônio Ceron (PFL) e Simone Schramm (PMDB).



Deputada Odete, ao microfone, discordou da proposta

Peninha justifica que, com a proibição total estabelecida pela referida lei, foram subtraídos rendimentos e, conseqüentemente, foi prejudicando o trabalho de assistência escolar que "foi sempre muito bem aceito e aproveitado pela comunidade estudantil", afirmou,

referindo-se às festas e eventos promovidas pelas APPs em parceria com as comunidades e que reúnem os adultos. Com a nova redação, se for aprovada em Plenário, passará a ser permitida a realização de um evento anual deste gênero.

**Degustação** - O deputado Gelson Sorgato (PMDB) apresentou ofício à Comissão solicitando que fosse agendada uma data para discutir o projeto de autoria do deputado Mauro Mariani (PMDB), agora secretário de Estado de Infra-estrutura, que estabelece a inclusão da carne suína na merenda escolar. " Fizemos uma reunião com a ACS (Associação dos Criadores de Suínos) e estamos sugerindo a realização de uma degustação, aqui mesmo na Assembléia, de pratos com carne suína."

Nesse encontro, argumenta Sorgato, os parlamentares poderão conhecer de perto as formas mais variadas que esse produto pode ser utilizado pelos estudantes da rede pública estadual. Sugerimos a participação do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, do Sindicarnes, juntamente com representantes das agroindústrias, e da comunidade para debater o assunto. "Sabemos que quem determina o cardápio é o Conselho. Mas, com a discussão e a degustação, poderão avaliar melhor a sugestão do produto para o alimento de nossos estudantes", observou o parlamentar. (CA)

## Parecer prevê fim da CPI do Bolshoi

O deputado Onofre Agostini (PFL) apresentou na manhã de terça-feira (10), na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), o parecer pelo encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar irregularidades quanto a verbas repassadas ao Instituto Escola Bolshoi do Brasil, em Joinville. Baseado em argumento da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, Agostini resolveu acatar o pedido formulado pelo líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), de extinção da CPI. Agostini entende que o fato determinado que gerou a criação da CPI deixou de existir com a decisão de juiz federal de Joinville, de não acatar denúncia formulada pelo Ministério Público.

Para Onofre, apesar do seu encaminhamento, a decisão sobre o fim das atividades caberá à própria CPI do Bolshoi, presidida pelo deputado Gelson Merísio (PFL). A matéria ainda será discutida pelo PP, através de voto vista formulado na CCJ, pelo líder da bancada, Joares Ponticelli. (SD)

## Küster requer análise de PEC

O deputado Francisco Küster (PSDB) pediu que o PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 7/04, apresentado por ele em novembro de 2004, seja apreciado sem demora pela Comissão de Constituição e Justiça. A PEC propõe alteração do Artigo 70 da Constituição Estadual, dispensando o pedido de autorização à Assembléia Legislativa para viagens do governador e vice-governador do Estado que não excedam 15 dias. A redação atual do Artigo 70 determina que "o governador e o vice-governador residirão na capital e não poderão ausentar-se do Estado, por mais de 15 dias, ou viajar para fora do

país sem licença da Assembléia Legislativa, sob pena de perda do cargo".

Pela proposta do tucano, a redação fica da seguinte forma: "o governador e o vice-governador residirão na capital do Estado e não poderão ausentar-se do território estadual, por mais de 15 dias, sem licença da Assembléia Legislativa, sob pena de perda do cargo". De acordo com ele, a mudança adequa a Constituição Estadual à Federal. Atualmente, o PEC está sendo analisado pelo deputado Joares Ponticelli, líder do PP, que pediu vistas. "Espero que na próxima reunião da CCJ ele seja aprovado", disse Küster. (MAP)

## Finanças

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, na manhã de quarta-feira (11), o PLC nº 08/05, do Tribunal de Justiça, relatado pelo deputado Antônio Ceron (PFL), que cria seis cargos de Juiz de Direito substituto de segundo grau. Também referendou alteração na lei da meia entrada que concede descontos a estudantes e menores de 18 anos em eventos culturais e esportivos, shows, cinemas e teatros, proposta pelo deputado Paulo Eccel (PT), que estabelece a afiação de cartaz com a referida lei nos locais dos eventos. (SD)

## Turismo

Na reunião da manhã de quarta-feira (11) da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), foi aprovado requerimento do deputado Afrânio Boppré (PT) propondo a realização de uma audiência pública para debater e deliberar sobre a grave situação da preservação das matas formadas por espécies nativas em Santa Catarina, assim como a proposta de estabelecimento de critérios para o plantio de espécies exóticas para fins de consumo e/ou comercialização. Além dos dois parlamentares, participaram da reunião as deputadas Ana Paula Lima (PT) e Simone Schramm (PMDB). (RV)

## Definido calendário do Orçamento Regionalizado

Em reunião extraordinária da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), foi aprovado o calendário do Orçamento Regionalizado 2005. Conforme o calendário, duas equipes se dividirão para debater o Orçamento. As reuniões acontecerão de 6 a 10 de junho.

### EQUIPE 1

Dia	Regionais	Local
6	Joinville, Mafra e Jaraguá do sul	Joinville
7	Ibirama, Rio do Sul e Ituporanga	Rio do Sul
8	Blumenau, Itajaí e Brusque	Itajaí
9	Grande Florianópolis	São José
10	Araranguá, Criciúma, Tubarão e Laguna	Criciúma

### EQUIPE 2

Dia	Regionais	Local
6	Lages, São Joaquim e Curitibaanos	Lages
7	Caçador, Canoinhas e Videira	Caçador
8	Concórdia, Campos Novos e Joaçaba	Joaçaba
9	Xanxerê, São Lourenço do Oeste e Chapecó	Chapecó
10	Maravilha, São Miguel d'Oeste, Palmitos e Dionísio Cerqueira	São Miguel d'Oeste

# Ética e LRF são abordados em encontro

Protocolo de intenções assinado durante evento vai promover a qualificação de agentes políticos

**É**tica na política, na administração e no serviço público, as implicações da LRF (Lei da Responsabilidade Fiscal), o papel e a responsabilidade de legisladores, prefeitos e servidores públicos. Estes foram os temas discutidos durante o I Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos, por mais de 500 pessoas. Promovido pela Assembléia Legislativa, através da Escola do Legislativo e Interlegis e realizado no auditório do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, nos dias 5 e 6, o programa, conforme o deputado Celestino Secco (PP), presidente da Escola, tinha como principal meta ampliar o sentido de integração entre os poderes e debater temas como a ética, cidadania e a LRF. "Quero agradecer a todos que aqui estão e aceitaram dividir essa tarefa para que através dela possamos qualificar os

agentes políticos e as políticas públicas deste país. Espero também que este evento seja produtivo aos cidadãos, que serão os mais beneficiados", disse Secco na cerimônia de abertura.

Antes da apresentação da primeira palestra foi assinado Protocolo de Intenções para qualificar agentes políticos e a política pública nos diversos aspectos como a educação e segurança pública. Através desse protocolo, institutos, universidades, órgãos governamentais e não-governamentais irão promover a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências com o Poder Legislativo. O protocolo envolve a Escola, universidades catarinenses, incluindo a federal, IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina) e ACL (Academia Catarinense de Letras).



Cerca de 500 pessoas lotaram o auditório do Tribunal de Justiça durante dois dias



Florian Madruga e os deputados Julio Garcia e Celestino Secco na abertura do evento

"É a concretização de mais um projeto. A Escola do Legislativo está trabalhando para que mais pessoas sejam preparadas adequadamente para a política. Estamos contribuindo para a cidadania com o melhor presente: informação e sabedoria. A Alesc é uma ferramenta representativa de apoio na construção da cidadania do Estado de Santa Catarina", avaliou o presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (PFL), durante o encontro.

Florian Augusto Madruga, diretor do Instituto Legislativo Brasileiro e presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, foi enfático ao dizer que o evento integra uma revolução silenciosa no Brasil: a da educação do Legislativo.

## Palestras

O primeiro painel apresentado teve como temas o "Programa Interlegis, Instituto Legislativo Brasileiro e a Experiência da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo", com Márcio S. Leão Marques, diretor executivo do Programa Interlegis, e Florian Augusto Madruga. Em seguida, entrou em debate o "Orçamento Público", com o palestrante Raphael Olivé, administrador e contador público, consultor da ALMG e professor da Escola do Legislativo do Estado de Minas Gerais.

"Ética e Política" foi um dos temas que mais centralizou atenções, na abordagem feita por Ludovikus Moreira, professor da Escola do Legislativo de Minas Gerais. O último tópico do dia 5 foi o painel "Experiências e Projetos Desenvolvidos por Câmaras Municipais", apresentado pelos vereadores Rui Mendonça, presidente da União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina, Rogélio Barchetti Urrêa, ex-presidente da Câmara Municipal de Avaré (SP) e vice-presidente da União de Vereadores de São Paulo, e Valério A. Leite, ex-presidente da Câmara Municipal de Triunfo (PE) e diretor da União de Vereadores de Pernambuco.

No segundo e último dia, o I Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos abriu com os debates sobre "Lei de Responsabilidade Fiscal - Aspectos Práticos", com João Luiz Gattringer, diretor de Controle dos Municípios do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Maria Margarida Bittencourt Ramos, procuradora Jurídica da Assembléia Legislativa do Estado, e os consultores da Assessoria e Consultoria Parlamentar da Alesc, DeJane Bortoli, Carlos de Lima Souza, Marcelo Richard e Reinhardt Richter. Também foram tratados temas como "Teoria do Estado, Processo Legislativo e Competências Constitucionais" e o "Papel do Vereador, Democracia Representativa e Participativa". (GMP)

## Emendas modificam MP que promove policiais militares

**O**s deputados aprovaram na sessão plenária de quarta-feira (11), duas emendas modificativas apresentadas pela bancada do PMDB à MP (Medida Provisória) nº 116, que redefine critérios para a promoção de policiais militares do Estado. A Medida Provisória pretende corrigir um problema de fluxo na carreira dos policiais militares, considerando o grande número de oficiais e praças que há mais de uma década estão em postos iniciais.

Com as emendas, ganham nova redação os artigos 1º e 2º da MP e, por conseguinte, são alterados o inciso IV do Artigo 9 da Lei nº 1.508, de 29 de agosto de 1956, e o Artigo 62 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983.

Foi acrescentado mais um item para definir os critérios de promoção dos militares estaduais. Além do merecimento, da antigüidade, bravura, *post mortem* e merecimento intelectual, o praça será promovido por tempo máximo de permanência no posto ou graduação.

A Lei nº 1.508 deixava em aberto o prazo máximo para que as promoções acontecessem automaticamente. Com as mudanças efetivadas pela Assembléia Legislativa, os primeiros e segundos-sargentos serão promovidos automaticamente depois de oito anos na função, enquanto que os terceiros-sargentos terão promoção automática depois de 10 anos no exercício da função.

"Antes, o período mínimo para um primeiro-sargento ser promovido

era de seis meses, mas, normalmente, ele ficava muitos anos esperando por uma promoção, sem saber ao certo quando ela ocorreria. Agora, ele terá a garantia de saber quando será promovido", disse o deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo.

**Finanças** - A matéria passou pela Comissão de Finanças e Tributação na manhã do mesmo dia, quando o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) apresentou emenda substitutiva global fazendo uma série de alterações na MP. O parecer do petista, que também preside a Comissão, foi rejeitado e o deputado Gelson Merísio (PFL) foi designado novo relator, encaminhando pela aprovação da matéria original enviada pelo Executivo. (MAP/SD)

# Educação ainda capenga

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Tatiana Kinoshita  
Graziela May Pereira

Educar é o caminho mais curto para o desenvolvimento econômico e social de um país. A afirmação é repetida por intelectuais, políticos, educadores e todos os interessados no bem-estar da Nação. Entretanto, apesar de o Brasil dispor de uma legislação avançada nesta área – destacando-se a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 – a educação ainda é um problema a se resolver, principalmente no que diz respeito a creches e ao ensino fundamental, mesmo nas capitais, como mostra a reportagem do **AL Notícias**.



Presidente da Associação Sol Nascente, João Batista: anos de luta junto à prefeitura, sem sucesso

## Creches caseiras: solução ou problema?

No bairro Vargem Grande, no da Ilha, a confeitaria Adriana Pimenta de três filhos, desistiu de ter um trabalho com carteira assinada. “Como não conseguia vagas para minhas filhas nas creches próximas, costumava pagar R\$ 100 para minha vizinha, que já tomava conta de seis crianças, para cuidar das minhas. Mas depois que a minha vizinha chucou o pé, descobri que ela não tinha direito das crianças, deixava-as sujas e com fome. Fui obrigada a parar de trabalhar e ficar com elas”, contou.

Segundo Adriana, é comum pagar vizinhos para tomar conta das crianças e as creches caseiras são cada vez mais comuns. Só em sua rua existem três.

O problema é a falta de uma opção pedagógica, pois as crianças não desenvolvem nenhuma atividade além de passar o dia vendo televisão. “Muitas não têm opção, a não pagar vizinhos para cuidar com as crianças. Também correndo o risco de seus filhos serem maltratados. Mesmo quando não ocorre, os pequenos passam o dia sem fazer nada, sem aprender. Alguém tem que cuidar do jeito nessa situação”, comentou a confeitaria agora só faz bolos e comendado. “Assim para car de olho nos meus filhos”, finalizou.



Adriana desistiu do trabalho formal

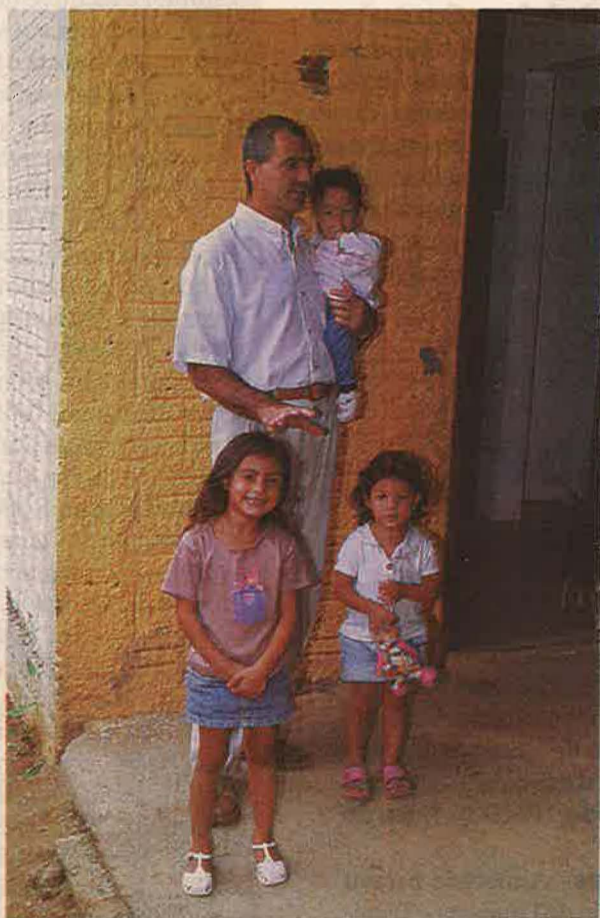
## Vagas insuficientes

Em alguns bairros e comunidades da capital catarinense, o número de vagas oferecidas não consegue suprir o crescente número de crianças que procura pela matrícula, principalmente em creches. Nas comunidades mais afastadas, as crianças, por não contarem com creches dentro do próprio bairro, esperam meses por uma vaga. Muitas são obrigadas a se deslocar para outros bairros, “competindo” com alunos que ali residem, na maioria dos casos sem obter sucesso.

A comunidade Sol Nascente, localizada próxima aos bairros do Saco Grande e Monte Verde, é um exemplo. Segundo o presidente da Associação Sol Nascente, João Batista, cerca de 300 famílias, com média de três filhos

cada, encaram uma triste realidade. As mães são obrigadas a caminhar com as crianças morro acima, com chuva ou sol, por 40 minutos, até a creche do Monte Verde, pois não há linha de ônibus que ligue os bairros.

A outra alternativa é levar os pequenos até a creche de Vila Cachoeira, distante 30 minutos. “Há anos estamos tentando uma solu-



Dilor fica com as filhas e aguarda vagas na creche

ção junto à prefeitura. Para facilitar, resolvemos construir a creche na parte de cima da sede da Associação. Assim, a Secretaria da Educação não precisa se preocupar nem com o terreno. Basta nos fornecer o projeto e o material de construção”, argumentou João, que calcula que nem a metade das 300 crianças que moram na comunidade estão matricula-

das em alguma escola.

Para conseguir cuidar de suas três filhas, o pintor de paredes Dilor Domingos Ribeiro vive de pequenos bicos há alguns meses, assim como sua esposa que trabalha como diarista todas as sextas-feiras. Das três meninas, todas com menos de 6 anos, apenas uma conseguiu vaga na creche do Monte Verde. As outras duas aguardam na fila de espera. “Não podemos arrumar empregos fixos, com horário e carteira assinada, porque não temos onde deixar as meninas. Procuro bicos para fazer nos dias em que a minha mulher está em casa e ela também. É o único jeito de sempre ter alguém para olhá-las”, comentou.

A desempregada Sandra da Silva acabou saindo do emprego por também não ter onde deixar seus dois filhos, de 3 e 6 anos. Após uma espera de oito meses, ela conseguiu vaga para um deles, na creche da Vila Cachoeira. “Se tivéssemos uma creche aqui na comunidade, muitas mães não precisariam abandonar seus empregos ou mesmo ter que se levantar às 5 da manhã para arrumar as crianças e deixá-las na creche, para chegar às 8 no emprego”, afirmou.

## Promessa de mudança

Segundo o último censo do IBGE, realizado em 2001, Florianópolis tem 387 mil habitantes. O Ministério da Educação – também baseado nesse censo – informa que 2.166 crianças estão matriculadas em creches e 14.806 cursam o ensino fundamental. A secretária-adjunta da Educação, Sidneya Gaspar de Oliveira, comenta que há mais de 3 mil crianças, de zero a 6 anos, na fila de espera de creches de Florianópolis.

Com a mudança do governo municipal, líderes comunitários estão procurando a Secre-

taria para pedir, oficialmente, a construção de creche em seus bairros. “Com essa procura, estamos fazendo um levantamento, que deve ficar pronto em outubro, para poder apresentar as comunidades mais necessitadas”, informou Sidneya. Segundo esse número é muito elevado, mas não ocorre, os pequenos passam o dia sem fazer nada, sem aprender. Alguém tem que cuidar do jeito nessa situação”, comentou a confeitaria agora só faz bolos e comendado. “Assim para car de olho nos meus filhos”, finalizou.

# na lista das prioridades

## Distância dificulta acesso

São mais de 10 quilômetros até a escola mais próxima e quase uma hora mais cedo antes do início da aula. Essa é a rotina da maioria dos jovens que precisam estudar no Ribeirão da Ilha, sul da Ilha de Santa Catarina. A escola mais próxima da casa de Regina de Fátima Estefano de Souza fica a 10 quilômetros, o que a obriga a pagar ônibus para manter o filho de 14 anos na escola. "É a única maneira dele estudar. Quase não posso pagar, mas é a única solução para um futuro melhor do que o meu", diz Regina.

No bairro, que tem cerca de 15 mil habitantes, existem apenas duas escolas de ensino fundamental e apenas uma de ensino médio. A única que oferece ensino médio é a Escola de Educação Básica Dom Jaime de Barros Câmara. Segundo um representante dessa escola, que não quis se identificar, muitas pessoas ficam preocupadas com a infra-estrutura que o Estado oferece aos alunos do Sul da Ilha.

"O maior problema que a escola tem é o reduzido espaço físico. Queríamos poder atender todo o bairro, mas falta atenção dos órgãos públicos. As salas não comportam a quantidade de alunos. Já nos prometeram a ampliação da escola, inclusive vieram aqui e fizeram toda a medição e nada foi providenciado. O nosso ginásio de esportes está há mais de um ano para acabar", enfatizou. Em relação à distância, a representante considera complicado o Esta-

do resolver o assunto. "O Estado não vai abrir mais escolas em cada bairro. O que pode acontecer é a ampliação das já existentes", completou.

Entre as reivindicações da comunidade do Ribeirão da Ilha ao Estado está a criação de mais escolas, ou de mais vagas, na única escola de ensino médio da região, além de segurança e transporte. Em relação à segurança, segundo os moradores da região, o posto policial que ficava em frente à escola foi fechado. O motivo: o posto policial foi assaltado várias vezes, à noite, quando estava fechado.

A dona de casa Denise Cristina Albino Jacques tem quatro filhos na escola, sendo que três estudam no Ribeirão da Ilha e um no Rio Tavares. "A educação é a base de tudo. E eu percebo que isso não é uma das preocupações da prefeitura. A escola é longe e pequena. Tenho um filho que estuda no Rio Tavares porque não consegui arrumar uma vaga para ele de dia. Só havia vagas no período noturno, mas isso não quero. Sei que não é culpa da escola, e sim do

governo", enfatizou Denise.

Sobre o transporte, muitas mães reclamam da distância. "Sei que não é culpa da escola. Mas fica tão difícil. Muitas de nós não podem pagar a condução. Algumas crianças têm que ir a pé ou de bicicleta. É quase uma hora de viagem", falou Regina.

De acordo com a mãe, que também é estudante, Angela Márcia de Ciqueira, diarista, é preciso fazer mais escolas, ou simplesmente uma escola maior, que ofereça mais vagas. "Tenho dois filhos na pré-escola, dois no ensino fundamental e eu, depois de 16 anos, estou cursando a 1ª série do ensino médio. Pago cinco passagens para ir e mais cinco para voltar. E o pior é que, como estudo à noite, preciso pagar alguém para ficar com meus filhos pequenos. Está muito difícil. Aqui no Ribeirão da Ilha fazemos de tudo para estudar. Caminhamos longos percursos, enfrentamos salas lotadas, a falta de segurança das ruas, mas nunca, se depender de mim, nem eu nem meus filhos deixaremos de estudar".



Professores queriam mais salas de aula no lugar do ginásio, cujas obras estão paralisadas porque a empresa faliu

## Aumento da demanda

O gerente de Educação da Geren (Gerência Regional de Educação, Ciência e Tecnologia) da Grande Florianópolis, Ari César da Silva, informa que as escolas do sul da Ilha estão superando as expectativas. "Sabemos que a demanda aumentou muito por isso estamos solicitando um terreno ao lado do Terminal Integrado do Rio Tavares, para a construção de uma escola de ensino médio que atenderá toda a área. Será chamada de Escola Jovem", anunciou.

A aquisição do terreno, que foi solicitada no ano passado, será feita com verbas oriundas do MEC (Ministério da Educação) e da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis. A escola terá 20 salas com capacidade para mais de 800 alunos e laboratórios de química, física e informática.

## Estatuto da Criança e do Adolescente

### Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.



Mães reclamam da distância, que dificulta e onera a educação dos filhos

# Defensoria Dativa não atende à Constituição

Buscando discutir a criação de uma Defensoria Pública em Santa Catarina, a Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), realizou audiência pública, na manhã de terça-feira (10). A proposição foi feita pelo deputado Paulo Eccel (PT), que defende a criação da instituição para prestar assistência jurídica integral e gratuita às pessoas carentes.

Eccel explicou que o Estado é o único que não possui defensoria nos moldes estabelecidos pela Constituição Federal. A Constituição estadual instituiu a Defensoria Dativa, que é bastante diversa do que preceitua a Carta Magna e, pela Lei nº 80/94, diferentemente dos demais estados, essa função é exercida pela assistência gratuita organizada pela OAB/SC (Ordem dos Advogados do Brasil). Isso significa que a OAB organiza e fiscaliza os advogados dativos aptos a exercerem a função. A remuneração é feita pelos cofres do Estado. “Temos exemplos de que o movimento popular de Santa Catarina ressentiu-se da falta de um defensor público em demandas comunitárias. Por isso a discussão para que o pobre tenha acesso à justiça gratuita. E vamos tornar a realizar mais debates até que possamos propor ao governo estadual a apresentação de um projeto de emenda constitucional a esta

Casa”, observou.

**Illegal** - O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, com sede em Brasília, Leopoldo Portela Júnior, teceu duras críticas ao sistema adotado em Santa Catarina, alegando que o modelo não é legal, opinião compartilhada pela promotora de Justiça, Sônia Maria Piardi. “Deve ser suprimido o Artigo 104 da Constituição Estadual, que cerceia o direito de acesso à Justiça de modo igualitário para a população catarinense. O Artigo 104 e a Lei Complementar nº 155 que o regulamentou são inconstitucionais”, assinalou.

Representando o Movimento pela Defensoria do Estado de São Paulo, Antonio Mafezzoli, e Glauco David de Oliveira Souza, presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, também criticaram o modelo catarinense, pois não assegura a total independência de advogados para fazer valer os interesses a eles submetidos, não está sujeito a controle, além de não assegurar os princípios de igualdade e de isonomia jurídica. Em nome da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, o presidente, Modesto Azevedo, esclareceu que a União tem vivido o reclame de muitas entidades que dizem não ter acesso à Justiça, uma garantia que é constitucional. “Estamos aqui para apoiar a criação da Defensoria Pública”, anunciou. (CA)



Eccel, na tribuna, quer a realização de mais debates sobre o tema



Portela criticou o sistema de SC

## Blasi defende modelo

O deputado e líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), foi contrário às manifestações feitas durante as discussões, enquanto o progressista, deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), manifestou total apoio à proposta. “Onde o sistema de Defensoria Pública é menos dispendioso? Quem fez essa afirmação desconhece a realidade daqui. Onde fica o princípio federativo? Será que a União tem que ditar como tem que se fazer nos Estados?”, questionou. Estiveram presentes ainda o vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Celestino Secco (PP), a vereadora de Florianópolis, Angela Albino (PcdoB), advogados, promotores, professores, lideranças comunitárias e sindicais. (CA)

# Oleiros pedem aprovação de projeto

(foto Solon Soares)

Oleiros da região Oeste e do município de Canelinha estiveram na Assembleia Legislativa na terça-feira (10) para solicitar apoio à aprovação do projeto de lei que propõe a simplificação do licenciamento ambiental de áreas com até 2,5 hectares utilizadas para a extração de barro vermelho.

O projeto de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB) beneficia pequenas indústrias, em grande parte com estruturas familiares e procura alternativa ao processo de licenciamento vigente, que prevê estudos e relatórios de impacto ambiental a custos que inviabilizam a atividade. “Queremos humildemente pedir para tra-

balhar”, ponderou o presidente do Sindicato das Indústrias de Olarias e Cerâmicas da Região Oeste, Gilberto João Badalotti, em manifestação aos deputados que integram a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde o projeto aguarda deliberação, após parecer técnico solicitado à Fatma (Fundação do Meio Ambiente).

O sindicato oestino conta com cerca de 40 empresas filiadas, que geram aproximadamente mil vagas de trabalho. Em todo o Estado, as pequenas olarias geram mais de 10 mil empregos diretos.

A legislação ambiental vigente estabelece procedimentos



Representantes do setor estiveram na Assembleia defendendo a proposta

de estudos das lavras de argila que são estimados em R\$ 250 mil por unidade. O geólogo Mariano Smaniotto, que também

defendeu o projeto na reunião da CCJ, explica que a extração de barro, especialmente na região Oeste, se dá em locais de

várzeas inundáveis onde não existe cobertura vegetal, o que caracteriza não haver dano ambiental. “Há reservas exploradas há décadas, que ainda assim não superam a área de um hectare”, exemplificou.

A limitação de áreas de exploração do barro vermelho no Oeste é restrita, face aos terrenos muito acidentados, diferentemente das planícies do Litoral. O projeto em tramitação propõe a dispensa de estudo de impacto e de relatório ambiental na atividade de extração mineral classe II (barro vermelho para fabricar telhas e tijolos), mas os oleiros são favoráveis à regulamentação de planos de recuperação ambiental e a exploração controlada da matéria-prima. (PS)



## Berger: duplicação está atrasada

O deputado Djalma Berger (PSDB) pediu agilidade nas obras de duplicação do trecho sul da BR-101, ao fazer referência, no último dia 3, em Plenário, à audiência pública realizada na segunda-feira (2) em Palhoça, quando foi apresentado projeto de duplicação do trecho da BR-101 daquele município. A audiência foi proposta pela Câmara de Vereadores local e contou com a presença, além de Berger, do depu-

tado estadual Afrânio Boppré (PT) e dos federais Edisson Andrino (PMDB), Jorge Boeira e Mauro Passos, ambos do PT.

"Passaram-se 150 dias e até agora não chegou sequer 1 real para pagar os empreiteiros que estão derrubando as árvores às margens da rodovia", disse o tucano, referindo-se à promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando esteve naquele município, no ano passado, para assinar a or-

dem de serviço das obras. Em Palhoça, o trecho da BR-101 a ser duplicado tem 37 quilômetros. O trecho do Morro dos Cavalos ainda não tem o projeto de duplicação definido. "Ainda não há uma decisão para isso porque há o problema dos índios da região. O DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes) precisa definir se vai ser feita a duplicação da pista, um novo túnel ou um elevado na região", explicou Berger. (MAP/TM)



Djalma cobra promessa de Lula

## PP e PT falam de ACTs

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, entende que o atraso no pagamento dos ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) se deve à inutilidade de tantas secretarias regionais. "Elas são inúteis do ponto de vista administrativo, porém úteis do ponto de vista eleitoral", avaliou na sessão plenária do dia 5.

Ponticelli disse não admitir a justificativa do secretário-adjunto da Educação, Diomário Queiroz, "que os atrasos são normais". Ponderou que quando havia apenas uma secretaria os atrasos não aconteciam desta maneira, mas agora tem 30.

**Sugestão** – Colega de bancada, o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) leu, na íntegra, artigo do jornalista Moacir Pereira daquele dia (5) em que salientava que os ACTs e até os efetivos do quadro geral do Estado estão com os salários atrasados. "Na coluna consta que os próprios secretários, como o da Educação, Jacó Anderle, admitem falhas no sistema centralizador adotado pelo setor de recursos humanos, mas diz que o problema agora é com a secretaria da Fazenda, numa demonstração de que ninguém está se entendendo. Daqui a pouco o governador manda projeto para esta Casa criando a Secretaria Centralizadora para cobrir os erros da descentralização", ironizou.

O atraso dos salários dos ACTs também permeou o discurso do deputado Dionei Walter da Silva (PT), ao defender o governo Lula criticado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em declarações à imprensa. Dionei vinculou o atraso nos salários ao comando do PSDB, sigla que a que pertence o secretário da pasta, Jacó Anderle. (CA/MOR/TK)

## Faltam verbas para creches



Duduco: apelo pelas crianças

Preocupado com a situação das creches catarinenses, o deputado Nilson Nelson Machado – Duduco (sem partido) pediu atenção às instituições. Segundo ele, muitas creches não estão recebendo a verba destinada e isso está dificultando seus trabalhos. "Se elas não recebem o dinheiro do convênio, não conseguem se manter funcionando, conseqüentemente, acabam fechando suas portas", lamentou Duduco.

"Não é justo que o governo faça economia em cima das crianças ou das causas sociais. Temos que acabar com essa vergonha antes que muitas creches fechem suas portas", explicou durante discurso da tribuna.

"Quero fazer um apelo ao governo do Estado para que a aplicação do convênio seja regularizada. Isso não serve apenas para o governo estadual, mas para os municipais

que estão apenas preocupados em investir em publicidade e esquecem de pagar as parcelas do convênio.

Em aparte, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) apoiou o pronunciamento do colega e salientou que o contato com as secretarias de Estado está muito difícil. "Se nós, deputados, estamos com dificuldades de chegar até os secretários para levar os problemas da sociedade, imagine o tratamento dado ao cidadão", lembrou Dionei. (TM)

## Superlotação preocupa Dionei

A superlotação da cadeia da Delegacia de Polícia de Barra Velha, litoral norte catarinense, preocupa o deputado petista Dionei Walter da Silva, que levou o assunto na tarde do dia 4 para discussão em Plenário. Dionei visitou o local no último dia 29 de abril e disse que ficou impressionado com as péssimas condições nas quais os presos vivem.



Petista fez denúncia à Comissão

O parlamentar levou o assunto à Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e à Mulher, para que se oficialize denúncia a ser encaminhada ao secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet. "A cadeia abriga 26 presos em um espaço em que só caberiam quatro. Mais da metade deles dorme no pátio e quando chove os colchões ficam encharcados. Vários presos acabaram adoecendo de pneumonia", informou. São apenas seis funcionários para 27 presos e há também seis detentos que já foram julgados e condenados e permanecem na DP. (TK)

## Decisão do TCU é comemorada

A decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) em acabar com a novela que envolvia a concessão da BR-470, que começou em 1996, extinguindo o contrato com a Ecovale, foi comemorado na manhã do dia 5 em manifestação do deputado Paulo Eccel (PT), durante a sessão ordinária. O TCU declarou nulo o contrato de concessão da rodovia federal e o Ministério dos Transportes tem agora a liberdade de fazer nova licitação da principal via rodoviária do Vale do Itajaí.

Eccel enfatizou que a questão vinha se arrastando no TCU e a Assembléia Legislativa realizou, inclusive, audiência pública para debater o assunto, através da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB). "Essa foi uma importante decisão, não só para os moradores e quem circula pelo Vale do Itajaí, como também para Santa Catarina. Isso vai possibilitar a já discutida transferência para o governo ca-



Eccel: duplicação poderá se concretizar

tarinense, proposta defendida pela comunidade e pelas associações comerciais para que se consigam parcerias e concretize até a sua duplicação", comentou o parlamentar.

Em aparte, Peninha lembrou que a decisão do TCU foi importante economicamente para a o Alto Vale do Itajaí, região que representa na Alesc e diz que, agora, o governo deve apressar para dar outros passos e quem sabe receber a transferência para o Estado. (CA)

## Rádio de Xaxim comemora 45 anos

Ao destacar o excelente trabalho que a Rádio Cultura, de Xaxim, vem prestando à comunidade, o deputado Gelson Sorgato (PMDB) registrou a realização, no dia 5, de sessão solene, na Câmara de Vereadores do município, em reconhecimento aos serviços desenvolvidos pela emissora. O parlamentar aproveitou para saudar os radialistas Antônio Carlos Barth e Arquimedes Turra, que há 40 anos atuam na Rádio Cultura.

Durante a homenagem, os radialistas receberam placas em reconhecimento pelos trabalhos realizados. Sorgato solicitou, na sessão de quarta-feira (11) que a Assembléia Legislativa encaminhe à emissora o registro de reconhecimento dos serviços que a rádio presta a toda a população da região Oeste do Estado. (MOR)

## Violência cresce em Joinville

**P**reocupado com a segurança na cidade de Joinville, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ocupou a tribuna na tarde de quarta-feira (11) e pediu providências ao governo estadual. “É lamentável que a maior cidade do Estado tenha como destaque a falta de segurança. A cada dia que passa, a cidade sofre com o aumento descontrolado da violência. São assaltos atrás de assaltos. Não dá mais para caminhar nas ruas sem correr o ris-



Gonçalves: reivindicação ao secretário

co de ser surpreendido por bandidos”, ressaltou.

O parlamentar disse que já pediu algumas vezes para que o secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, tomasse providências com relação ao problema. “Por isso decidi que vou pessoalmente até o secretário pedir uma solução. Não é justo que a população da cidade corra esse risco.”

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, endossou as manifestações de Gonçalves. “Nós estamos alertando para a situação de insegurança por toda Santa Catarina há algum tempo”, comentou. Para Ponticelli, agora não há mais como alegar que a denúncia é desqualificada, pois está sendo feita por um deputado governista.

**Rebate** - Sobre a Segurança Pública, os deputados peemedebistas Manoel Mota e João Henrique Blasi, ambos do PMDB, disseram que as críticas de Ponticelli não têm fundamento. “A nossa polícia sempre serviu como motivo de orgulho para o Estado e o governo está investindo para cada vez mais melhorar a Segurança Pública



Mota defendeu policiais

catarinense. Temos que resgatar a verdade, pois são pessoas que prestam trabalhos com confiança e responsabilidade”, disse Mota.

O líder do governo, João Henrique Blasi, afirmou que afiança e testemunha a grandeza e competência da Polícia de Santa Catarina. “Na sua esmagadora maioria, são pessoas sérias e competentes. É uma acusação grave, injusta e generalista”, finalizou. (TM/MOR/GMP)

## Situação da Barragem Norte é preocupante

**A** deputada Ana Paula Lima (PT) foi à tribuna na tarde do dia 11 falar sobre a Barragem Norte, no município de José Boiteux, pois está preocupada com a situação no local, estando próxima a estação das chuvas e sendo grande o perigo de ocorrer uma enchente. “Faz mais de 20 anos que não acontecem enchentes e com a situação atual da barragem estou muito aflita.”

A Barragem Norte, em José Boiteux, na Região do Alto Vale do Itajaí, foi invadida por 80 índios da reserva Duque de Caxias, em março, prometendo que irão depredar o patrimônio. A ocupação aconteceu como forma de protestar contra os governos federal e estadual, que não cumpriram o protocolo de intenções - firmado pela primeira vez em 1989 - que previa, além do pagamento a título de indenização pela construção da obra, outras benfeitorias. A barragem integra o sistema de prevenção às cheias no Médio Vale do Itajaí.

A parlamentar informou que não é a primeira vez que os índi-

os invadem a barragem cobrando o cumprimento do protocolo. A comunidade indígena, como benfeitorias, quer que sejam construídas as demais casas, além da escola, campo de futebol, uma ponte sobre o rio Dollmann e a montante da barragem, possibilitando a ligação com a reserva quando o lago de acumulação estiver cheio, impedindo o tráfego na atual estrada.

Segundo a petista, a barragem, que foi inaugurada em 1992, tem capacidade para 358 milhões de metros cúbicos de água e é considerada uma importante obra para conter as cheias que atingem várias cidades do Vale do Itajaí. “Realizamos uma reunião ontem (10) para negociar com a comunidade indígena, para que os técnicos possam fazer a manutenção dos equipamentos. Na próxima reunião com o Ministério da Integração Nacional, no dia 16, a comunidade indígena e a comissão eleita para cuidar do assunto discutirão uma maneira de colocar a barragem em funcionamento”, concluiu. (GMP)

## Odete defende parlamentares

Questionada ontem pela imprensa sobre os trabalhos realizados pelos deputados, a deputada Odete de Jesus (PL) ocupou a tribuna na tarde do dia 4 para defender a atuação dos parlamentares. Segundo ela, “um membro da imprensa o abordou para perguntar o que os deputados fazem, pois do seu ponto de vista os parlamentares não mostram trabalhos”. Odete respondeu ao jornalista que “estamos trabalhando quase 24 horas por dia para atender às necessidades da sociedade, nosso trabalho vai além da Assembléia, pois quando não estamos em Plenário, estamos em nossos gabinetes buscando soluções para os problemas, afinal, somos servidores públicos e trabalhamos para que a sociedade possa ter o melhor”, explicou.

Odete aproveitou para reafirmar seu voto favorável ao fundo social e ressaltou que o governo do Estado está realizando um trabalho para que as crianças catarinenses freqüentemente a escola. “Isso é um exemplo transparente de trabalho realizado por servidores como nós, parlamentares”, enfatizou. (TM)

## Parque está ameaçado

O deputado Francisco de Assis (PT) manifestou preocupação em seu discurso na sessão plenária do dia 10, terça-feira, com a efetiva criação do Parque Estadual do Acaraí, na região da praia do Ervino, em São Francisco do Sul. O parque foi proposto pela Fatma (Fundação do Meio Ambiente), mas o deputado teme que não se concretize por causa da pressão de empresários que pleiteiam a construção de um grande empreendimento imobiliário no local.

Assis e a deputada Ana Paula Lima (PT) participaram de audiência pública realizada naquela cidade no dia 5, para discutir a implantação do parque com vereadores e moradores.

Cerca de 500 famílias residem na Praia do Ervino, segundo Assis. Mas, de acordo com um estudo da Fatma, a região é imprópria para a construção de imóveis. “O ecossistema ali é muito rico, há restinga e Mata Atlântica no local”, exemplificou o deputado. Uma ação do Ministério Público já impede a construção de novas casas na região e a criação do Parque, na avaliação do parlamentar, vai impedir novas construções. Mas, antes, salientou Assis, os loteamentos clandestinos devem ser regularizados. “As pessoas compram esses imóveis e depois ficam sabendo que não podem regularizar seus terrenos e a prefeitura vem se omitindo com relação a esse problema”, declarou. (MAP)



Assis: Parque vai acabar com ocupação irregular

## Jogos

O líder do PSDB, deputado Jorginho Mello, foi à tribuna na sessão do dia 10 para falar sobre os 49º JUCS (Jogos Universitários Catarinenses), que acontecem no Campus da Unoesc, na cidade de Joaçaba, entre os dias 12 e 15 de maio.

De acordo com o parlamentar, 1.500 atletas de todas as universidades catarinenses com modalidades como atletismo, futebol, tênis de mesa, natação, entre outros, participam do evento.

Os atletas classificados nos jogos universitários irão disputar uma olimpíada em Recife (PE), no mês de julho. E os classificados em Recife irão disputar uma olimpíada universitária na Turquia. “É um evento que devemos prestigiar, pois há seis anos ele não acontece e vai ser uma alegria para o desporto de Santa Catarina”, afirmou. (GMP)

## Carta provoca polêmica

O líder da bancada do Partido Progressista, deputado Joares Ponticelli, criticou, na tarde de terça-feira (3), o governador Luiz Henrique da Silveira, que, segundo ele, chamou seus colegas de bancada e os deputados petistas de "velhacos", durante uma entrevista no último dia 30 de abril e, referindo-se às Adins (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) impetradas pelas duas legendas sobre



Ponticelli respondeu ao governador

a lei que criou o Fundo Social e a documentos remetidos pelo PP a prefeitos e presidentes de Câmaras de Vereadores.

"A bancada do PP entrou com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), à qual o Tribunal de Justiça deu parecer favorável, já que o Fundo Social retiraria 5,5% do ICMS municipal. Cumprimos com o nosso papel de oposição responsável. Encaminhamos documento a cada prefeito e presidente de Câmara Municipal, informando quanto cada um deles iria perder, caso o Tribunal de Justiça não tivesse deferido a Adin", completou, acusando o governador de ter chamado não apenas as bancadas do PP e do PT de velhacos, mas "todos os desembargadores, juizes e todo o Tribunal de Justiça".

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), afirmou que, apesar da liminar, a lei foi preservada em sua essência. "Alguns parlamentares enviaram uma carta aos prefeitos mostrando a sua visão sobre o projeto, meias verdades que fizeram o go-

vernador tecer comentários sobre afirmações carregadas de carga ofensiva", argumentou.

**Carta** - Para o deputado Francisco Küster (PSDB), a carta foi muito dura, o que ensejou a reação do governador. O petista Afrânio Boppré assinalou que as críticas feitas pelo governador deveriam deter-se nas cartas, remetidas pelo PP, e não nas Adins. "A carta traz uma mensagem distorcida para tentar enganar a população", concluiu o líder do PMDB, deputado Manoel Mota. (DAB/MOR/TK)



Blasi: carta era ofensiva

## Vieirão aponta equívocos no Fundo Social

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) criticou novamente o Fundo Social, na sessão plenária da tarde do dia 4. Segundo ele, o governador enganou-se ao dizer que sua bancada realiza uma oposição "velhaca", já que a lei do Fundo Social está equivocada. Um desses equívocos é a compensação prevista no inciso 1º, que dependerá da autorização prévia da Secretaria Estadual da Fazenda, formulada em requerimento próprio, previsto no regulamento do Fundo Social. "Porém, o Executivo baixou a Portaria nº 85, de 31 de março, sem o envio do requerimento do secretário. O governador começa a praticar uma ação velhaca no Fundo Social", afirmou.

O parlamentar explicou que o inciso 1º do Artigo 14 da lei estabelece que

a distribuição financeira dos recursos será realizada mensalmente e de forma automática. Será observado fator a ser determinado em ato do Poder Executivo, que considere de maneira inversamente proporcional o Índice do Valor Adicionado, apurado para fins de transferências de produto da arrecadação do Imposto sobre o ICMS e a proporcionalidade à população do município.

Os recursos financeiros transferidos aos municípios serão aplicados em obras, ações ou programas de desenvolvimento, geração de emprego ou renda e inclusão social. "Entretanto, a ação direta de inconstitucionalidade acatada pelo Tribunal de Justiça afirma que o Fundo, ao cumprir o seu propósito, estará compensando o município atingido pela per-



Vieirão analisou tecnicamente o Fundo

da, porque são alvejadas não apenas as finanças, mas fundamentalmente a autonomia municipal. O Estado estará com o próprio dinheiro do município lhe ditando as prioridades e os interesses", explicou Vieirão. "Nem a decisão judicial é cumprida", completou. (TK)

## DOS GABINETES

### Banco placentário

A deputada Simone Schramm (PMDB) apresentou na tarde de quarta-feira (11) proposições que autorizam doações de cordões umbilicais no Estado de Santa Catarina e a criação do Banco Estadual de Material Placentário e Cordões Umbilicais para fins de transplante, pesquisa e clonagem terapêutica. Atualmente, o sangue desse cordão, denominado como células da esperança, pode trazer a cura de inúmeras doenças, tais como lesões medulares, distrofia muscular, lupus, diabetes, infarto, esclerose e doenças nos olhos. "O destino deste material, atualmente, no Estado, é a lata de lixo; justamente por não ter um banco de coleta e também por falta de campanhas de conscientização que estão contempladas nestes projetos", comentou a deputada.

A ciência deu um passo importante para a saúde da humanidade, com as pesquisas de células-tronco. De acordo com a deputada, não podemos, como legisladores, ficar para trás diante de sua evolução. "Ao meu ver, não há evolução da ciência sem a evolução da consciência", ressaltou.

Em Santa Catarina, nascem, por mês, uma média de 1.581 crianças. Na Maternidade Carmela Dutra, em Florianópolis, 322 crianças, no Hospital Regional de São José, são 274, no Hospital Regional de Chapecó, 180, na Maternidade Tereza Ramos, de Lages, 205, e na Darcy Vargas, de Joinville, são realizados 600 partos por mês.

As resistências à utilização de células-tronco para fins terapêuticos já foram vencidas nacionalmente com a aprovação no Congresso Nacional da Lei nº 11.105, de março. (FCN)

### Sinalização

Os deputados aprovaram em Plenário requerimento, de autoria de Antônio Aguiar (PFL), solicitando a instalação de placas de sinalização e trevo rotatório na BR-280, quilômetro 164, localizado em frente ao Centro de Educação Infantil Municipal Ana Ranck, no município de São Bento do Sul.

Proposição do parlamentar foi encaminhada ao ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, e ao coordenador do 16º DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes), João José dos Santos. De acordo com Aguiar, "há falta de estrutura e segurança aos usuários, principalmente crianças e jovens que por ali trafegam, ocorrendo vários acidentes, muitos deles com mortes. (Liderança do PFL)

### Cartão de crédito

Em audiência na Secretaria da Fazenda, na quinta-feira (5), com o secretário adjunto Lindolfo Weber e técnicos da Fazenda, o presidente da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) de Jaraguá do Sul, Waldemar Schroeder, e o diretor executivo da FCDL (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas), João Alfredo de Campos Filho, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) propôs a criação de uma lei estadual para obrigar as operadoras de cartão de crédito a fornecerem equipamentos que transmitam ao fisco as informações sobre as operações.

O grupo discutiu exigência da Secretaria, em cumprimento a uma lei federal aprovada ainda em 1997, que prevê a integração do comprovante de pagamento com cartão de crédito e débito automático em conta corrente ao equipamento emissor de cupom fiscal. A adequação dos lojistas exige investimentos de até R\$ 10 mil na aquisição do equipamento para transmitir as informações ao fisco - atualmente o sistema mais utilizado é o Pin-Pad.

Para aliviar os comerciantes desse ônus, o deputado propôs a criação de uma lei estadual que obrigue as administradoras de cartão de crédito a disponibilizar equipamentos já certificados e homologados, uma vez que os equipamentos que elas fornecem atualmente são ilegais, pois não fazem a integração dos dados com o fisco.

Tanto os técnicos da Fazenda quanto os dirigentes lojistas elogiaram a proposta, que deve ser viabilizada rapidamente com uma espécie de força-tarefa. A equipe da Fazenda vai auxiliar o deputado na redação de um projeto de lei que contemple essa solução, envolvendo a base de apoio do governo na Assembléia Legislativa para garantir respaldo político ao projeto, já que é de amplo interesse, tanto para o Estado quanto para os comerciantes. (LC)

Unidades de preservação

# Prefeituras devem pedir novas audiências

Tatiana Kinoshita

Os prefeitos dos municípios de Abelardo Luz, Ponte Serrada e região poderão requerer, junto ao Ministério do Meio Ambiente, que novas audiências públicas sejam realizadas, a fim de debater a criação da Unidade de Conservação Ecológica da Mata Preta, do Parque Nacional das Araucárias e da Área de Preservação Ambiental das Araucárias. Este foi o encaminhamento dado no final do encontro que ocorreu no dia 6, reunindo o governador Luiz Henrique da Silveira, o secretário nacional de Biodiversidade e Florestas, João Paulo Capobianco, o diretor de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, Maurício Mercadante, a senadora Ideli Salvatti (PT), o superintendente da Fatma, Sérgio Grand, o superintendente do Ibama, Marcos Barros, e o representante da Fiesc, Henri Quaresma.

Participaram os deputados Sérgio Godinho (PTB), Onofre Agostini (PFL), Vanio dos Santos (PT), Gelson Merísio (PFL), Odete de Jesus (PL), Reno Caramori (PP), Antônio Ceron (PFL), Jorginho Melo (PSDB), Gelson Sorgato (PMDB), além de representantes da banca federal catarinense.

Capobianco fez um resumo de todos os passos que o Ministério do Meio Ambiente seguiu, desde a posse da ministra Marina Silva, que, em conjunto com uma força-tarefa, realizou um mapeamento das áreas nas quais irão triplicar a proteção das florestas com araucárias no país.

Audiências públicas foram realizadas para que a população, empresários e lideranças políticas pudessem compreender como se dará a criação das áreas de preservação. Segundo ele, a criação de novas reservas para proteger as araucárias é emergencial e também uma obrigação constitucional do Ministério, dos governos estaduais e municipais. "Com a proposta, chegaremos a 0,97% da área original protegida, o que ainda é muito pouco. O ideal seria pelo menos 10%, mas já não existem remanescentes nessa quantidade", disse.

## Projeto

Segundo Capobianco, após as audiências públicas realizadas em municípios do Paraná e Santa Catarina o governo federal achou que o projeto estava "redondo" e se disse espantando com os novos questionamentos. "Achávamos que estava claro que, sempre que possível, residências, indústrias, criações e plantações, inclusive de espécies exóticas, serão deixadas fora dos limites das unidades de conservação de proteção integral. Com exceção da área de proteção ambiental, terras privadas no interior das demais áreas protegidas poderão ser desapropriadas", afirmou.

O governador Luiz Henrique comentou que muitas dúvidas ainda pairam e considerou importante a realização do encontro antes que seja tomada qualquer decisão. "Todos nós somos a favor da conservação das araucárias e Santa Catarina é o Estado que mais preserva a Mata Atlântica. Por isso, acredito que os atuais proprietários, além de preservar, reflorestam suas propriedades", avaliou.



Vanio: preservar é essencial



Melo quer revisão



Ceron teme pela economia



Assim como Onofre,



e o deputado Gelson Merísio

## Resultados

O governador Luiz Henrique da Silveira sugeriu a criação de um sistema de incentivos fiscais, como já ocorreu no passado, contando com a colaboração do Ibama para incentivar o florestamento e o reflorestamento. "Assim como o presidente Lula, Santa Catarina quer acelerar a geração de empregos, o que

não vai ocorrer se for mantida a proposta da criação dos parques. Acredito que as RPPMs seriam mais eficazes do que a estatização de áreas", argumentou o governador que também pediu a Capobianco que o governo faça uma profunda pesquisa sócio-econômica antes de tomar qualquer decisão.

Conforme o prefeito de Ponte Serrada, Sandro Luiz Fávero, na ocasião não houve a participação da sociedade civil na consulta pública, que ocorreu há duas semanas no município. Segundo Fávero, a falta de espaço físico impediu que, inclusive ele, participasse da reunião. "Por isso queremos mais tempo e que uma nova consulta seja feita. Já existem indústrias anunciando que não irão mais investir na nossa região", disse.

Para Henry Quaresma, é primordial que se ganhe mais tempo para a discussão, já que a área afetada é responsável por 19% dos empregos baseados na atividade madeireira e 24% na indústria de celulose. "Só essa indústria fatura R\$ 700 milhões por ano e há investimentos na região para os próximos três anos. Precisamos de mais diálogo", afirmou.

A senadora Ideli Salvatti comentou que é necessário preservar e que as atividades produtivas que ocorrem nas áreas de proteção ambiental não sofrerão qualquer interferência, desde que estejam sendo realizadas de acordo com a legislação.

O deputado Reno Caramori (PP), que é presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, participou de inúmeras

reuniões com o Ministério do Meio Ambiente e defende enfaticamente uma outra saída que não seja a criação de áreas de conservação. "O que se conserva é pepino. Na minha opinião, temos que perpetuar a espécie e isso se faz com novos plantios", argumentou.

## Moção

Moção de autoria do deputado Reno Caramori (PP) já foi encaminhada ao presidente Lula, ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, e à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, solicitando a suspensão do processo de criação de unidades de conservação até a conclusão e publicação do inventário florístico-florestal, e também que sejam realizadas audiências envolvendo os governos federal, estadual e municipal.

Isso ocorreria através dos órgãos competentes, organizações ambientalistas, casas legislativas e sociedade civil. "Por intermédio dessa moção, queremos ampliar o diálogo e assim desenvolver uma política que amplie a reserva de araucárias, mas garantindo à região que não haverá perdas de investimentos", argumentou Caramori.



(foto Solon Soares)

Caramori diz que Brasília desconhece realidade de Santa Catarina



Deputados Sérgio Godinho, Gelson Sorgato e Odete de Jesus